

**HABEAS CORPUS Nº 558.491 - SP (2020/0016043-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : A M S  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : A M S (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado de próprio punho em face do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que anulou o processo desde a citação.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à 8 anos de reclusão, em regime inicial fechado, momento em que lhe foi denegado o direito de recorrer em liberdade.

Sustenta, em síntese, excesso de prazo em sua prisão, indicando ainda ser pessoa que precisa de cuidados médicos.

Requer, assim, revogação de sua prisão preventiva, com a expedição do competente alvará de soltura.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo não conhecimento do *writ* ou pela denegação da ordem.

Em seguida, manifestação da Defensoria Pública de São Paulo indicando que *O presente inconformismo, portanto, deve ser dirigido ao E. TJ/SP, pois, se volta contra decisão de primeira instância* (fl. 59).

É o relatório.

Decido.

A matéria relativa ao excesso de prazo da prisão não foi objeto de análise do Tribunal de origem, conforme consignado no acórdão juntado aos autos (fls. 7-11). Então, esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Tendo em vista que este *writ* foi impetrado de próprio punho pelo paciente, intime-se a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para que tome conhecimento do procedimento e proponha, se for o caso, nova pretensão.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator